

ATA DA 045ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Darci de Matos - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Eni Voltolini - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Taxista Voltolini - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência registra neste plenário as presenças dos nossos visitantes estudantes do Japão e Norte Americanos, que acompanharão a sessão nesta tarde.

Desejamos a vocês boas-vindas, boa estada neste Parlamento.

Sintam-se a vontade, e que possam levar uma boa impressão para os seus países.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras., deputadas,

prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Inicialmente, saúdo a direção do Hospital Beatriz Ramos, do município de Indaial, se empenha e quer ver o hospital funcionando, atendendo as necessidades da sua cidade e da sua região.

Graças a Deus encontramos pessoas nos municípios de Indaial, Blumenau, em Timbó, por todas as cidades de Santa Catarina, no mínimo são 180 hospitais numa condição semelhante de hospitais ditos filantrópicos, beneficentes, que tem, essencialmente, o apoio da sociedade, e que, graças a esse apoio, conseguem manter-se com as portas parcialmente abertas para prestar o atendimento.

Já levantamos aqui um estudo de que a grande questão dos hospitais filantrópicos é que a última vez que se fez um reajuste, ainda que insuficiente, foi em 1996, e de 1996 até 2014 são passados 18 anos e neste prazo, nestas duas décadas, praticamente, não houve nenhuma correção. É zero de correção. Nos procedimentos cobrados R\$ 3,00 há 18 anos, continua-se pagando R\$ 3,00.

E eu quando vejo as tabelas de prestação de pagamento de honorários dos médicos de um anestesista de uma histerectomia, são de R\$ 23,70 para o anestesista. Naturalmente que não são os R\$ 23,70 ainda porque desse valor ainda é descontado o 30% do Imposto de Renda.

Então, esses valores aviltantes são praticados, no mínimo, há 14 anos e - antes já eram baixos, mas foram corrigidos e de lá para cá não houve mais nenhuma correção - fazem com que todos os hospitais de Santa Catarina...

E a prova disso são os hospitais públicos de Santa Catarina. Aquilo que o governo do estado recebe das AIHs, que seria a receita dos hospitais públicos, significa 1/5 daquilo do que de fato custa.

Igualmente comentamos aqui há alguns dias que o governador da Bahia, num subúrbio da cidade, fez um hospital. E o fato saiu até na *Veja*, que destaca que dos R\$ 150 milhões que o hospital

custa por ano entram lá de receita do SUS apenas R\$ 30 milhões, e os outros R\$ 120 milhões, no caso, são bancados pelo governo do estado.

Mas nos 180 hospitais filantrópicos, que são mantidos pela comunidade, infelizmente, desses, 80% acabam sendo pagos de várias maneiras, e uma delas é pagando mal os funcionários: a enfermeira, a atendente, a faxineira, a cozinheira etc. Inclusive, vários hospitais, em várias cidades de Santa Catarina, estão chegando ao ponto de parar ao menos, parcialmente, o seu funcionamento por conta da falta de funcionários.

Há tantos técnicos da saúde que se formam em cursos profissionalizantes, mas que depois preferem trabalhar na fábrica, numa confecção, no comércio, ao invés de irem trabalhar no hospital, justamente por causa dos baixos valores praticados nos hospitais que estão, em primeiro lugar, pagando mal os funcionários; em segundo lugar, não pagando os honorários médicos. O Hospital Beatriz Ramos, de Indaial, está há seis meses sem pagar os médicos. O SUS paga aquele valor pequeno, mas quando entra na conta do hospital ele primeiro paga aquilo que é imprescindível: o supermercado, a lavanderia, o laboratório, e uma parte desse pouco é dos funcionários. E no final aquilo que teria que ser repassado para os médicos não é repassado. E o doutor sai dizendo o seguinte: "Eu não opero a senhora pelo SUS porque ele não me paga". De fato não paga! O SUS paga ao hospital aquele valor aviltante, mas não é repassado para o médico.

E isso acontece em todos os hospitais de Santa Catarina justamente por causa da gestão do SUS, que está fora da alçada da nossa secretária, do ministério da Saúde, que ainda não enxergou que, se não repassar mais recursos para a saúde, não há como fazer o milagre de melhorar o atendimento de diminuir a fila nos hospitais públicos de qualquer estado, inclusive de Santa Catarina, e de acabar com a "ambulancioterapia". E isso não será possível se não praticar preços um pouquinho melhores, pelo menos, se não triplicar aquilo que o SUS paga, o ideal seria multiplicar por cinco o

custo do hospital, considerando honorários médicos, honorários profissionais e os custos que o hospital tem.

Infelizmente, o ministério da Saúde, desconhece que o problema é de gestão do SUS e não de gestão do hospital e, muitas vezes, falam que o hospital vai mal e culpam o diretor, dando a impressão de que ele é um panaca que não sabe administrar e por isso que o hospital dele está quebrando.

Na verdade, o que está faltando é mais respeito à população pagando valores mais reais.

Mas digo isso tudo para falar do sentimento da direção do Hospital Beatriz Ramos, que acontece praticamente em todos os hospitais, pois o cenário é mais ou menos igual, ou seja, a direção procurando maneiras para conseguir pagar o mínimo. Por exemplo, na cidade de Turvo, que visitei, criou-se uma associação de moradores que cobra na conta da luz - pelo menos a Celesc serve bem para alguma coisa - R\$ 30,00 por cada família para conseguir manter o plantão. Essa foi a maneira encontrada.

Também, no município de Salete, fizeram um almoço beneficente, mas a diretora do hospital disse que aquilo daria R\$ 7 mil ou R\$ 10 mil de lucro, no máximo, até porque ganharam o arroz, o milho e a galinha. Porém, o problema é que a conta do hospital, naquela ocasião, ultrapassava os R\$ 300 mil, mesmo sendo um hospital pequeno e que faz economias. Essa é uma forma de conseguir administrar esses recursos muito pequenos que entram. E a preocupação é que com o tempo, que não vai demorar muito, os hospitais do interior acabarão fechando as portas, não porque o diretor não quer funcionar, não porque os médicos que estão lá vão para de atender, mas porque as atendentes, os funcionários, toda a equipe de enfermagem, também por valores muitos pequenos, vai acabar obrigando o hospital a fechar.

Também, lá em Brusque, o Hospital Azambuja, na semana passada, colocou anúncio na rádio local e no jornal uma propaganda chamando pessoas que

queiram trabalhar no hospital, pois precisa de mais de 50 funcionários para funcionar.

Já em Nova Trento, o Hospital Imaculada Conceição ficou praticamente 15 dias parado, porque fez o concurso, chamou todos os aprovados e a grande maioria desistiu, inclusive os que estavam lá dentro do hospital, e agora está lá, de braços abertos, esperando que uma atendente ou uma enfermeira ou uma técnica de enfermagem venha logo para o hospital para começar imediatamente a trabalhar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Este é o novo Brasil de oportunidades de empregos, não apenas na área da saúde, mas nas empresas, mas na construção civil. É o Brasil que tem dado certo, bem falado aqui pelo deputado Serafim Venzon, onde há vagas em todos os setores. Parabéns, sr. deputado!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de Sombrio, sr. Zênio Cardoso, acompanhado por lideranças que vieram a serviço daquele município à capital. Sejam bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota, é sempre um orgulho e uma honra para este Parlamento receber lideranças regionais do nosso interior catarinense.

O próximo orador inscrito é o deputado Neodi Saretta, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. Presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão e visitantes presentes.

Quero, nesta tarde, nesta tribuna, repercutir de forma positiva e comemorar esse ato, que era muito aguardado, da publicação do decreto que regula o chamado CAR - Cadastro Ambiental Rural.

Nesta segunda-feira foi publicado numa edição extraordinária do *Diário Oficial da União* o decreto que regulamenta as normas para o Programa da Regularização Fundiária e estabelece o Cadastro Ambiental rural. E quem possuir imóveis rurais deve se inscrever no CAR e iniciar o processo de regularização como está previsto no Código Ambiental.

Tínhamos uma expectativa porque desde que foi aprovado o Código Ambiental Brasileiro, a Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012, havia a previsão do CAR e, inclusive, no art. 18, § IV e outros que foram objeto de maiores discussões nesse período, porque envolve a discussão da averbação da reserva legal. Havia solicitação dos cartórios de que tinha que se fazer a referida averbação e os estabelecimentos bancários em determinados períodos cobravam que sem a averbação não sairia os créditos agrícolas. Assim, havia uma dúvida de interpretação no § IV, do art. 18, que diz o seguinte a redação:

(Passa a ler.)

"O registro da reserva legal no CAR desobriga a averbação no cartório de registro de imóveis, sendo que no período entre a data de publicação desta lei e do registro no CAR, o proprietário ou possuidor rural que desejar fazer a averbação terá direito à gratuidade do ato."

E a discussão era que de fato o Código Ambiental veio desobrigar a averbação das pequenas propriedades da reserva legal no registro de imóveis, mas havia a interpretação de alguns de que enquanto não tivesse o CAR continuaria a obrigação. Agora, com a regulamentação espero que esse último entrave tenha sido substituído. E lembrando que esse cadastro tem um instrumento

importante para garantir a segurança jurídica aos proprietários de imóveis e também é uma definição simples, pois é uma ferramenta para tornar o processo da regularização ambiental dos imóveis rurais mais simples e ágil, o que é importante.

Também, é uma porta de entrada para o programa chamado Mais ambiente, que apoiará a regularização ambiental com vários benefícios para os produtores rurais. E pela lei o cadastro é pré-condição para ingresso nos processos de regularização ambiental e no futuro, inclusive, para liberação de crédito rural.

Portanto, estamos comemorando porque no Brasil são cerca de 5,2 milhões de imóveis rurais existentes e o CAR é um documento declaratório sobre a situação ambiental. E aqui em Santa Catarina cerca 197 mil propriedades deverão fazer o seu cadastramento e sua declaração, sendo que há seis meses uma norma do Banco Central tem beneficiado os produtores rurais inscritos no CAR com aumento de 15% no limite do crédito para custeio e os juros são menores que os praticados no mercado.

Então, queria fazer esse registro e dizer da satisfação de vermos publicado finalmente a regulamentação do Cadastro Ambiental Rural. E no que depender dos estados e de suas secretarias estaduais que tomem todas as providências para que, de fato, isso se torne uma realidade. Santa Catarina poderia dar um passo rápido e ser um dos pioneiros na regularização, acabando com a discussão de averbar ou não no registro de imóveis, uma vez que nos casos que estão dispensados pela lei e que tinha essa condicionante do CAR e está vencido mais um obstáculo com a regulamentação.

Quero, antes de finalizar, sr. presidente, registrar os 38 anos da Amauc - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense -, cuja sede é Concórdia e dentre os ex-presidentes tive a satisfação de ter presidido aquela entidade quando fui prefeito do referido município. Assim, parabêniso todos os municípios que compõem a Amauc, a sua diretoria, a sua equipe de

funcionários, o seu diretor-executivo pelo trabalho importante que desenvolvem e contribuem para a organização dos municípios.

Lembro também que a partir de hoje iniciam as conferências macrorregionais da saúde do trabalhador. Em Blumenau tem um calendário e fazemos o convite para toda sociedade catarinense participar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quem nos acompanha aqui nesta tarde de quarta-feira ou então pela TVAL e Rádio Alesc Digital.

Quero voltar a um assunto do qual já falei há algumas semanas e desta vez trazendo outros fatos novos. A prisão do soldado Prisco, líder dos policiais e Bombeiros Militares, da Bahia. Essa prisão aconteceu na sexta-feira Santa, realizada pela Polícia Federal numa operação espalhafatosa, enorme, divulgada com amplitude, inclusive, pela Rede Globo de televisão no seu jornal mais acompanhado na noite de Sexta-Feira Santa.

Um praça da Bahia preso pela Polícia Federal, seguindo determinação da justiça federal que conforme o pedido do Ministério Público Federal. Os fatos: a paralisação dos policiais e bombeiros da Bahia em fevereiro de 2012, há mais de dois anos, portanto, alguns dias antes do Carnaval, o que é uma oportunidade de grandes negócios, especialmente mais ao norte do país e, em Salvador, ou em toda Bahia, com certeza, não deixa de ser diferente.

Eu estive em Salvador naqueles dias e pude acompanhar as autoridades, em geral, o governador Jacques Wagner, que é do PT; o ministro da Justiça, que esteve por lá, embora não o tenha visto, José Eduardo Cardoso, que depois, no ano seguinte nos disse, da Anastra, que foi ele quem mandou prender; O prefeito, que é de oposição ao

governo federal e de situação a julgar a afiliação partidária atual do Prisco, que foi do PT, foi do PSOL e, hoje, é vereador do PSDB em Salvador, com 15 mil votos! Companheiro, praça da Polícia Militar excluído em 2001 por causa de uma greve que teve o apoio, na época, do então companheiro de partido dele o atual governador, Jacques Wagner, que aliás apoiou aquela greve em 2001, fez discurso, levou para a Câmara Federal, fez debate, usou politicamente, permitam-me dizer. E a Justiça da Bahia reintegrou os excluídos pela greve de 2001 e uma década depois o governador do estado, Jacques Wagner, não cumpriu a decisão de reintegração do Prisco, conforme era a decisão judicial. Arrumou um motivo, uma forma de não cumprir.

E esse mesmo companheiro está no presídio da Papuda, um presídio comum, desde a Sexta-Feira Santa. No último sábado houve uma tentativa frustrada dos bandidos comuns, da marginália comum, do referido presídio. A tentativa de fuga foi frustrada e olha só que interessante, o soldado Prisco foi ameaçado de morte pelos presos, porque segundo as notícias que correram nos corredores, teria sido o soldado Prisco que teria delatado, dedurado a tentativa de fuga. Será que os poderes e os direitos humanos e a ministra de Direitos Humanos também, porque não dizer, não estão vendo ou acham normal um soldado da Bahia, preso na Papuda, poder ser assassinado, massacrado por presos comuns?

Eu trabalhei por 16 anos em presídio, deputado Gelson Merisio. Essa frase de que alguém teria dedurado qualquer coisa é uma sentença de morte. E o Prisco não está lá por ser um bandido, não está sequer por improbidade administrativa ou por qualquer coisa relativa a mensalão, mensalinho, etc. Está na Papuda por ser líder legítimo dos policiais e bombeiros da Bahia. Uma prisão política, esta sim, tanto que não foi o Código Penal Militar usado e muito menos o Código Penal Brasileiro, o código de Processo Penal que foi usado para prender o Prisco. Foi utilizada a Lei de Segurança Nacional n. 7.170, de 83, que é da

defesa da ordem política e social, sucedânea daquela mesma lei que prendeu todos os perseguidos políticos durante a ditadura, inclusive a atual presidente, Dilma Rousseff.

Esta tribuna não chega, infelizmente, até o planalto central para eu poder dizer a presidente Dilma que tenho, pelo menos, um preso político no Presídio da Papuda. O Prisco enfartou evidentemente ameaçado de morte por uma multidão de presos que entendiam - ou alguém lhes disse -, que ele teria dedurado a tentativa frustrada de fuga. Querem uma maneira eficiente de se livrar do soldado Prisco. Querem que ele seja assassinado no presídio pelos outros presos e ainda sair com a fama de dedo-duro.

É preciso que todos os órgãos que eu citei, como a Polícia Federal, aliás, o sindicato deles disse que não precisava ter feito aquele espetáculo para prender o Prisco, e não precisava mesmo, pois é um sujeito de bem, evangélico. A Defensoria Pública da União, que tem que preservar os direitos humanos, será que está vendo os direitos de um soldado da Polícia Militar, líder legítimo dos policiais e bombeiros da Bahia, preso na Papuda pela Lei de Segurança Nacional e ameaçado de morte por bandidos comuns?

A Justiça Federal, o ministro José Eduardo Cardoso, porque não dizer, a ministra Ideli Salvatti, que assumiu agora; e a presidente Dilma, que também não está isenta disso. Mas também, para não dizer que estou aqui contra o PT, os outros não precisam se alegrar, o prefeito é o ACM Neto, herdeiro de uma dinastia muito aplaudida aqui neste estado. Ele também deve estar achando que, de repente, é um problema o Prisco solto, porque essa época do Carnaval, da Páscoa e da Copa do Mundo na Bahia e no Brasil inteiro, é muito boa para vender cerveja, carro, propaganda, inclusive pré-eleitoral. Daí aparece todo tipo de autoridade, até o bispo aparece para resolver o problema da greve.

Aliás, prenderam o Prisco um dia depois de terem negociado o fim da greve que estava ocorrendo agora, na semana da Páscoa. Negociaram a

greve num dia e no dia seguinte prenderam, por um fato de dois anos e três meses atrás, o principal líder, e colocaram-no na Papuda, junto com presos comuns, que agora ameaçam matá-lo. O Prisco não é dedo-duro, ele não pode ser abandonado pelas instituições que requerem a legitimidade de defenderem todos os direitos.

Eu acho absurdo e é absurdo que a Lei de Segurança Nacional esteja sendo usada para prender líderes legítimos da massa. Este praça, o Prisco, é apenas um exemplo, porque prisões ou repressão preventiva está havendo e muito na sociedade brasileira, nestas semanas antes da Copa do Mundo. É uma vergonha.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, ontem aqui neste plenário apresentamos a última sessão do Conselho Nacional do Ministério Público, onde foi discutido e debatido o contrato, que é questionado por este deputado, sem licitação, por parte do Ministério Público, com a Oi, em que o procurador-geral do estado, dr. Lio Marcos Marin, por quem tenho todo o respeito, fez a defesa oral do contrato, tentando justificar tecnicamente todos os passos e as suas ações. Disse que aquela sessão durou duas horas e aqui nós colocamos no telão apenas oito ou dez minutos, se não me engano, de parte da manifestação do procurador-geral do estado e parte do conselheiro Walter Agra. Acabou tendo uma intervenção dos autos, dizendo que, na verdade, nós não pensamos. Mas nós pensamos muito, sim, antes de fazer essas ações.

Então, neste momento, estamos aqui para instalar a CPI que vai investigar a compra de um terreno por R\$ 123 milhões, uma obra financiada pelo Ministério Público. Ontem aqui v.exas. viram que eu fiz *algumas* representações no Conselho Nacional do Ministério Público.

A primeira delas, referente aos tetos salariais, tetos constitucionais, que entendo, não estão sendo cumpridos; outra, referente ao contrato de telefonia voz e dados no valor de R\$ 41.250 milhões, também sem licitação. Esse contrato que está aqui, que fala na prestação de serviços de linhas de comunicação e tecnologia, de instalação e rede e instalação de equipamentos no valor de R\$ 41.250 milhões, que seriam implantados em 2012. Depois, R\$ 8.025 milhões por ano até 2016 e R\$ 6.019 milhões, em 2017.

Neste contrato observa-se que há a locação de equipamentos, alugueis de telefones, de câmeras de videovigilância e de outros equipamentos. E ao final de cinco anos esses equipamentos voltariam a pertencer a Oi e não mais ao Ministério Público. Quero deixar claro que não estou nem questionando esse dado, porque se há algo que não me poderão contestar é o fato de eu não ter conhecimento técnico sobre o conteúdo desse contrato ou que eu não me ative aos detalhes.

Portanto, não estou nem entrando no mérito da locação - que vou entrar a seguir - mas, sim, da não exigência de licitação, como é abordado no meu questionamento, porque recurso público, pelo que eu entendo, e pela lei de licitações, eu que fui prefeito, a lei é para todos, como já disse o conselheiro. Não dá para se usar o adágio: faça o que eu digo, não faça o que eu faço. E aqui ficou muito claro na manifestação do Conselheiro Walter Agra, que não é do PT e nem amigo do Genuíno como tentaram dizer. Procurem na *internet* e vejam que o conselheiro Walter Agra foi procurador-geral do estado da Paraíba no governo do PSDB. Mas como diz ele mesmo diz: "Estou aqui para cumprir a lei."

Segundo o conselheiro Walter Agra, sobre os dados da Lei de Licitação: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional de isonomia e a administração será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório do

juízo objetivo do que lhe são correlato.” Olhem o que diz o Supremo Tribunal Federal sobre a Lei de Licitação: “A licitação é um procedimento que visa satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltado a um duplo objetivo, o de proporcionar à administração a possibilidade de realizar um negócio mais vantajoso, o melhor negócio, e de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem em igualdade de condições à contratação pretendida pela administração. Impõe-se que seja desenvolvido de modo que seja assegurada a igualdade de isonomia de todos quantos pretendam o acesso a contratações na administração.”

Isso, de acordo com o ministro Eros Grau, do Tribunal do Pleno, porque já em 2007 foi julgada essa matéria muitas vezes. E aqui nesta Casa o procurador-geral do Ministério Público de Santa Catarina disse que eles seguiram o que fez o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. O que não é verdade! O nosso vizinho, Tribunal de Justiça, fez Pregão Eletrônico. Tanto que aqui esse conselheiro diz que: “Com efeito, registro por primeiro, que idêntico sistema foi contratado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina. E pasmem, ao contrário do que alega a **peça recursal** do Poder Judiciário de Santa Catarina, entendeu que haveria condições de competitividade e instaurou um procedimento licitatório amplo, tendo mais de uma empresa concorrida ao chamado, ou seja, o Poder Judiciário de Santa Catarina aplicou a lei.”

Aqui o conselheiro do Ministério Público diz que eles fizeram igual. Aqui é o CNJ que diz que não fez igual, não sou eu. Não é o deputado Jailson quem está dizendo. Quando dizem que faço isso por ser uma atitude política. Não, ela é uma atitude de cidadania, porque não é um contrato de R\$ 5 mil, de R\$ 6 mil, ou de R\$ 8 mil, mas se fosse também teríamos que ter o mesmo zelo por tratar-se de erário público, tributos do catarinense que poderiam estar sendo investidos em outros seguimentos. Quando se fala que não houve outras empresas, já ficou claro no Conselho

Nacional do Ministério Público, a pedido do conselheiro Agra, que tinham outras empresas e que a própria Anatel, que é a agência reguladora, já disse que a Oi não é a única detentora dessa condição.

Mas o Ministério Público de Santa Catarina não se deu por contente, disse que não foi julgado o mérito do contesto. Não há problema! Vamos fazer a retréplica, se precisar, tecnicamente desse conselho. Por quê? Vou dar um dado para o povo de Santa Catarina e para quem entende de tecnologia. Trata-se de um contrato de prestação de serviço de telecomunicações, utilizando tecnologia, que entre si celebram a União, por intermédio do ministério da Agricultura para atender o Brasil. Contrato similar, feito por Pregão Eletrônico que vai custar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Passaremos ao horário reservado aos partidos Políticos. Hoje quarta-feira, os primeiros minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. Presidente, sr. deputado, sras. deputadas, quero trazer aqui alguns dados técnicos de análise do contrato com a Oi, o qual li item por item, folha por folha. Fui aprender dados que não sabia, agradeço. Acho que sou aqui nesta casa o que mais entende de telecomunicações, por uma exigência de um procedimento. Aqui eu não vou entrar no mérito da dispensa de licitação, eu vou entrar no conteúdo do contrato de recursos mal aplicados. É importante que os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital e os presentes entendam que qualquer contrato que utilize equipamentos desse seguimento - refiro-me àqueles equipamentos de telefonia de IP e videovigilância, que foram alugados pela Oi -, tem que ser certificado pela Anatel, porque o contrato não especifica marca e nem pode.

Então, vasculhei, fiz estudos, comparativos com os preços dos equipamentos no mercado brasileiro, certificados pela Anatel, e cheguei à conclusão - e renuncio ao meu mandato se não estiver falando a verdade -, de que esses equipamentos que serão utilizados nesse contrato, na média, têm preços orçados em 61% dos preços contratados. Repito, 61% dos preços contratados. Isso pressupõe que pelo preço de mercado poder-se-ia economizar 39%. Nesses orçamentos, conseguidos junto às empresas de mercado, verificamos que no mesmo contrato de cinco anos, com 39% a menos no valor, esses equipamentos poderiam ficar para a Oi. Seria um patrimônio dos catarinenses, porque o Ministério Público, repito, não é um quarto Poder. É uma instituição independente, que tem que aplicar bem o seu orçamento e que por isso é nosso papel fiscalizar. Daqui a cinco anos a Oi levará os equipamentos embora.

Neste contrato, tecnicamente levantado, os equipamentos, ao final de cinco anos, telefones e câmeras de videovigilância, ficariam para o patrimônio do Ministério Público. Aqui neste contrato, a cláusula 13^a preceitua que será fornecido ao Ministério Público 124 *racks*, 124 *nobreaks* e tem que fornecer 200 *access point*, que são para acesso a *wi-fi* e *internet*. Ouviram? Tem que oferecer 200 *access point*. No entanto, o contrato junto a Oi fala em 300 *access point*, tem 100 *access point* a mais para explicar por que está sendo pago. Está aqui. Não sou eu que estou dizendo.

Durante todo esse contrato havia especificações de objetos para vincular e direcionar, não permitindo a participação de empresas catarinenses ou outras brasileiras. Estabeleceram muitos protocolos, muitos dados, desnecessários à operação do processo eletrônico. É mais ou menos como eu ter uma pneumonia. Posso tratar com dois antibióticos, mas no receituário eu ponho três, mas o terceiro não é usado, mas está lá, é cobrado. Como sou médico, estou dando um exemplo para todos entenderem. Sem justificativa para a terminologia técnica da

concepção do contrato, que engorda o seu valor. Então, são protocolos desnecessários à operação do processo eletrônico. Não há justificativa plausível para isso.

Ainda na 13ª cláusula, § 2º, o item VI, diz que dispõe sobre o impacto, o aumento e a redução de velocidade dos *links* que merece atenção, pois não foi respeitado impondo ônus ao erário. O que acontece? Afina-se uma velocidade de informação e depois não entrega. Como vender o produto e não entregar. Que é o que tem acontecido pelas operadoras em todo o Brasil. Cito outros contratos da operadora Oi no Brasil problemático neste aspecto. E se não cumpre, não diz nada do ponto de vista de penalizar a empresa contratada para a execução desse serviço. Então, vimos que além da acumulação do objeto do projeto existente, há um conjunto excessivo de exigências técnicas que são desnecessárias ao procedimento técnico.

Quero dar mais um dado. Esse contrato da Oi com o Ministério Público - em que o Ministério Público faz comparação com eles mesmos -, deputado Dóia Guglielmi, é de mil terminais, sob a lógica de telefonia. Há um contrato, uma licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, que está previsto até o final do mês numa unidade da federação - que não vou dizer qual, eles que tratem de ir atrás -, com o mesmo objeto licitatório. Só que para dez mil terminais! Não são mil terminais, são dez mil terminais. Que prevê voz de dados, banda larga e instalação de equipamentos em rede. O contrato da Oi para mil terminais e mais a locação desses equipamentos, é de aproximadamente R\$ 8 milhões; e esse contrato para dez mil terminais, de acordo com a previsão orçamentária do estado, é de no máximo, R\$ 6 milhões, para integrar os entes públicos do estado.

Eu parablenizo o governador do referido estado, cujo nome não citarei.

Por que tanta diferença se aqui não se permite que outros participem? Quando se entra no mérito da locação dos equipamentos, câmara de videovigilância, telefones, vai dar um total de R\$ 269.156,99 por mês. Esse é o valor da locação por

mês, utilizando equipamentos aprovados pela Anatel no estado catarinense e neste país. Certificados, com preço de mercado, sem ir para Pregão Eletrônico, eles custariam R\$ 166.041,47, uma diferença de R\$ 103 mil por mês. O procurador-geral disse que eles economizariam R\$ 1 milhão por ano de ligação telefônica. Só aqui dá R\$ 1,2 milhão de aluguel a mais, sendo que dessa forma, como está aqui neste preço, ao final de cinco anos, os equipamentos seriam de propriedade do Ministério Público. Então, estou fazendo esse debate, porque apresentei isso ontem e não pude discutir tudo, para deixar claro de que sou a favor do Ministério Público e não sou contra, em nenhum momento há objeto de retaliação em minhas ações, mas há objeto de responsabilidade pública e de cidadania.

E aqui quero fazer o registro de que vou renunciar à Mesa para fazer parte da CPI, porque fui indicado pelo nosso líder, deputado Neodi Saretta, junto com o deputado Volnei Morastoni, para que venhamos a integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito que vai apurar a compra do prédio, a compra do terreno com o prédio que será construído.

Portanto, esse é o nosso pape como deputados, estamos cumprimos com nossa missão pública de estar correspondendo com a fiscalização dos atos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero usar a tribuna na tarde de hoje para dialogar com os meus colegas parlamentares que integram a CPI das Águas, porque fizemos hoje um esboço de uma reunião para que possamos dar andamento à CPI e ainda na tarde de hoje

formalizarmos essa reunião na sala de imprensa para darmos andamento a alguns procedimentos necessários à concretização da CPI.

Digo isso porque ontem, em particular, no município de São Francisco do Sul, o vereador Dodo conseguiu aprovação de um projeto de lei que revoga a lei do prefeito que privatizou o Samae daquele município. E temos insistido muito em torno dessa discussão e da necessidade de que temos de aperfeiçoar as ferramentas que o estado dispõe para discutir água e saneamento. Água e saneamento para nós, obviamente - e esse é o conceito que tenho certeza de que todos compartilham -, é, além de ser um elemento vital, é estratégico para os estados, concebido como ente público, obviamente, não as unidades de federação. O estado brasileiro tem como estratégica a gestão de água e saneamento, por isso, tenho defendido, desde que fui vereadora, que não podemos permitir que a lógica do lucro norteie o que se vai construir acerca de saneamento.

E volto a dizer que o exemplo de Palhoça é apenas isso, um exemplo. E águas de Palhoça, senhores, que tanto tumulto teve na sua constituição, com a prisão de agentes públicos e de empresários, têm demonstrando que nós vemos no estado de Santa Catarina um desmonte do sistema público de água e saneamento. E mais relevante do que isso é que até mesmo essas privatizações não têm dado conta, não tem respondido à necessária indagação sobre qual será o futuro da água, do saneamento, da necessidade que temos de poder otimizar os índices em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Quero parabenizá-la pelo pronunciamento, pelo trabalho na CPI das Águas.

Somente para registrar que eu estava pensando outro dia, justamente, no trabalho que v.exa. faz aqui e, inclusive, com essa CPI, com relação a São Paulo e ao Rio de Janeiro, mais especificamente, São Paulo, que está ficando sem água. A cidade de

São Paulo está ficando sem água. É difícil imaginarmos que um recurso estratégico, da importância da água para todo ser humano e para qualquer atividade econômica, de lazer, de vida, está sendo fatiado e entregue à iniciativa para obtenção de lucro. Lá na frente, quando ocorrer um episódio parecido com o que está acontecendo em São Paulo - e vai ocorrer se não aprendermos a cuidar -, é certo que será o estado que vai ter que abraçar toda essa questão de novo, para dar uma solução efetiva que garanta o direito de as pessoas terem acesso à água. Então, essa é uma discussão, com certeza, estratégica.

Quero parabenizar v.exa. por trazer esse debate a esta Casa.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Obrigada, deputado.

Retomando o tema, preocupo-me porque os lugares em que foi privatizado, não somente no estado, perdem o controle sobre a ação de política pública na gestão de água e saneamento, como em particular do saneamento. A situação que temos visto no estado de Santa Catarina, que é o segundo pior estado em estrutura de saneamento do país, significa andar ainda mais para traz nessas cidades. Pego o exemplo de Palhoça, mas posso falar de Capivari de Baixo também, porque nesses dois municípios o que é arrecadado de água e saneamento vai para o caixa geral do município e da conta, inclusive da folha de pagamento dos servidores. Isso não é fala minha, é fala dos prefeitos dessas cidades.

Ontem, São Francisco do Sul deu um importante passo para evitar a privatização de água e saneamento. Espero que sirva de exemplo a ação do vereador Dodo, lá em São Chico, para podermos reverter em outros lugares do estado a situação calamitosa de água e saneamento em que vivemos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Eu quero registrar aqui, sr. presidente, a presença do Silva, que preside o Sindicato dos Agentes de Trânsito de Santa Catarina, um sindicato novo, mas com um movimento muito forte que está surgindo no estado, que tem feito um trabalho com o objetivo da humanização do trânsito. O sindicato está preocupado com a mobilidade urbana e, sobretudo, com as 41 mil mortes que o Brasil tem por ano no trânsito. Estão sendo feitas passeatas, campanhas. No sábado que vem será em Joinville, porque estamos comemorando o *Maio Amarelo*, que é uma grande mobilização nacional em prol da vida, em prol do trânsito mais humanizado e melhor.

Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do partido que queiram usar a palavra, os próximos minutos são destinados aos PMDB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do partido que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados aos PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, deputado Manoel Mota, obrigado pela gentileza.

Eu vou me ausentar às 16h, porque viajo para São Paulo, então, quero fazer uma saudação especial ao setor produtivo de Santa Catarina, mais precisamente aos representantes da comunidade empresarial do estado que se fazem presentes em grande número nesta tarde significativa e histórica para o segmento das pequenas e microempresas catarinenses, porque daqui a pouco o Parlamento Catarinense irá discutir e, com

certeza, votar o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina.

Quero registrar a presença do Sérgio Medeiros, que preside a FCDL, líder atuante; do dr. Diogo, que preside a Fampesc - Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina -; da Rose, que a preside a Ajorpeme, a maior associação de Microempresas do Brasil, de Joinville; do Fábio, que preside a Ampe, da Grande Florianópolis; o representante da SDS, o ex-secretário Paulo Roberto Bornhausen; enfim, os representantes da FCDL do vale de Tijucas, de todo o estado; o Gilberto, que é um pouco de Joinville e um pouco de Araquari, do norte do estado; enfim, todos os empresários que estão aqui, neste momento, neste Parlamento, radiantes, alegres e esperançosos, porque daqui a pouco haverá a votação para aprovarmos esse documento, que é de fundamental importância para o estado. Quando nós falamos em microempresas estamos falando de 23% do PIB de Santa Catarina e do Brasil; também de 60% de empregos gerados no país. Portanto, as micro e pequenas empresas, podemos afirmar sem medo de errar, são o segmento que seguram a economia do nosso país, e que, sobretudo, geram postos de trabalhos sustentáveis no estado e no Brasil.

Por isso, sr. presidente, esse estatuto foi gestado durante muitos meses, sob a liderança da secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, por muitas mãos, com muito estudo, através das associações de micro e pequenas empresas do estado de Santa Catarina e dos demais segmentos que se fazem aqui presentes. E nós conseguimos com a racionalidade dos parlamentares, com a boa vontade de todos, trazer a Plenário, nesta tarde, o projeto original, o projeto que foi gestado pelo setor produtivo de Santa Catarina. O projeto que será votado, nesta tarde, não tem nenhuma vírgula a mais, nem a menos do que aquilo que vocês propuseram, porque nada melhor do que um estado democrático, que dá vazão aos projetos que são amplamente debatidos por quem vivencia o dia a dia e entende do setor, das dificuldades, das empresas do estado. Portanto, entendemos que esse

estatuto é o estatuto que consolida o tratamento diferenciado de crédito e tributário. Esse estatuto desburocratiza o setor produtivo de Santa Catarina, facilita a abertura e o fechamento de empresas e dá outra ótica no que diz respeito ao tratamento jurídico e de fiscalização às micro e pequenas empresas. Mas nós tratamos nas comissões, e muitos deputados levantaram questões importantes com relação às microempresas, tais como, a necessidade de criarmos um fundo de aval, a necessidade de criarmos linhas de créditos facilitados para as empresas ou da ampliação do projeto de juro zero, que foi criado pelo governador Raimundo Colombo, porque de nada adianta termos um povo com espírito empreendedor, tecnologia de ponta, empresários ousados, se não tivermos caixa, capital, dinheiro, capital de giro para fazermos as empresas crescer e se desenvolver. Portanto, essas são as observações que foram feitas nas comissões técnicas, da necessidade do governo retomar após o dia de hoje a discussão da criação de linhas de crédito facilitada para as micro e pequenas empresas. Isso é uma realidade e conta com nosso apoio.

Quero, portanto, para encerrar as minhas palavras, dizer que acompanhamos ontem e na semana passada, com muita atenção, a votação da readequação do Supersimples, em Brasília. Infelizmente, em virtude de muitas emendas foi retirado novamente de pauta, mas temos convicção, deputado Manoel Mota, de que nos próximos dias a Câmara dos Deputados haverá de votar essa lei importante que traz muitos avanços, mas o principal avanço, sem dúvida alguma, é a universalização do Supersimples, ou seja, com a aprovação dessa lei, em Brasília, os representantes comerciais, os despachantes do estado, as clínicas odontológicas e médicas, os escritórios de advocacia, enfim, as empresas de serviços do Brasil poderão, finalmente, gradativamente, aderir ao Supersimples e, com isso, gozar dos benefícios que são concedidos por essa lei, que significa um grande avanço para o setor produtivo do Brasil. Mas, mais do que isso,

como nós queremos mais, esperamos que no futuro possamos mobilizar o Brasil para encaminhar o Simples Trabalhista, que já consta na Constituição, mas não foi ainda regulamentado, a possibilidade de um tratamento diferenciado tributário, creditício e trabalhista. O Simples Trabalhista vai ser um avanço, porque não é justo que uma microempresa que tenha poucos funcionários, por exemplo, venha a ser regrada por uma CLT do estado novo, arcaica, obsoleta, atrasada, desatualizada, pela mesma CLT que regra uma multinacional que tenha, por exemplo, 15, 20 ou 30 mil trabalhadores. Existe alguma coisa errada aí. Nós precisamos dar um tratamento diferenciado, trabalhista, às micros e pequenas empresas do estado e do Brasil. Esse é o nosso desejo e o nosso sonho.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. pela forma como tem conduzido esses trabalhos em defesa da classe produtora, principalmente na Frente Parlamentar do Comércio Varejista, a assessoria e toda a instituição, a própria Fiesc, vamos ampliar, tem com a sua assessoria apoiado os parlamentares desta Casa em ações, em projetos que trazem benefícios. É muito simples se fazer projetos, cobrando-se exigências do pequeno empresário, sem verificar a implicação que isso representa na manutenção do fortalecimento dessa empresa. Não há como se ter funcionário forte, bem remunerado, com qualidade, se não houver o fortalecimento da classe empresarial. Então, essa causa tem primado por esse trabalho. Nós temos muito orgulho de participar da Frente do Comércio Varejista e de todos os trabalhos que têm sido realizados neste sentido.

Quero parabenizar todos e também v.exa. pela forma como tem conduzido esse trabalho.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Somente para registrar que o governador Raimundo Colombo no início da sua gestão cumpriu o compromisso com o

setor produtivo, dr. Diogo, de Santa Catarina, transformando uma gerência numa diretoria das micro e pequenas empresas de Santa Catarina alojadas na SDS. E esperamos que no futuro essa diretoria possa ser o embrião da futura secretaria das micro e pequenas empresas de Santa Catarina, a exemplo - e aí parabenizamos a presidente - do que a presidente Dilma Rousseff fez em Brasília criando o ministério das Micro e Pequenas Empresas no Brasil.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Darci de Matos, quero parabenizá-lo pela sua atuação. Aliás, v.exa. é o embaixador do comércio varejista em Santa Catarina nesta Casa, neste Parlamento. E o tem feito com muita propriedade e legitimidade.

Eu me lembro de uma frase de um pesquisador norte-americano chamado Johnson, que costumava dizer o que precisamos para a riqueza dos nossos países: ideia, caráter e um governo que proteja as oportunidades dos investidores. Acho que é exatamente este papel que esta Casa assume através da sua pessoa e da sua atuação em buscar com que de fato o nosso comércio, em especial as pequenas e microempresas, tenha a proteção necessária para desenvolver os seus produtos e de fato fazer a grandeza e a riqueza deste estado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Concluo as minhas palavras, sr. presidente, agradecendo aos parlamentares que abriram mão das suas emendas em nome da celeridade para a aprovação deste projeto.

Agradeço, também, ao presidente, eminente deputado Manoel Mota, pela generosidade de ceder o espaço do seu partido para que eu pudesse falar um pouquinho da aprovação desse estatuto.

Encerro as minhas palavras, sr. presidente, parabenizando o setor produtivo que paga a conta e que, com muita dificuldade, toca os seus negócios

em Santa Catarina e aquece a nossa economia. Obrigado pelo trabalho! Parabéns pela mobilização! E, com certeza, a partir de hoje Santa Catarina vai ter o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas do Estado de Santa Catarina, o que vai ser um grande avanço para o setor produtivo e para a comunidade catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Eminente deputado Darci de Matos, queremos agradecer aos representantes da Associação da Micro e Pequena Empresa, da Federação dos Lojistas de Santa Catarina e aos empresários da área produtiva. É uma honra para nós a presença de vocês no Parlamento. Com certeza, será uma tarde altamente produtiva.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, inicialmente, gostaria de ratificar aqui o convite para a sessão solene desta noite, no teatro Carlos Gomes, em Blumenau, em homenagem aos 50 anos da nossa universidade de Blumenau - Furb -, que completa essa caminhada vitoriosa. E nesta noite será homenageada por este Parlamento no teatro Carlos Gomes, em Blumenau, e lá estaremos.

Faço também menção ao fato de que recebi, com muita satisfação, o dossiê da situação educacional dos municípios catarinenses, distribuído pela Fiesc a todos os deputados. E fiquei extremamente impressionado com a precisão dos dados dos 295 municípios em Santa Catarina com informações, por exemplo, sobre a escolaridade de trabalhadores formais.

Eu pego aqui, em sua homenagem, deputado Manoel Mota, a região sul. Por exemplo, Tubarão: 38 analfabetos, 510 trabalhadores com até a 5ª série completa, 742 com o 5º ano completo fundamental, 64 trabalhadores com mestrado, 29

trabalhadores com doutorado. Enfim, o total de trabalhadores na indústria é 39.457.

Esses são dados interessantes para que possamos nos debruçar e de fato fazer uma radiografia da educação no estado de Santa Catarina.

Como membro da comissão de Educação, quero parabenizar a Fiesc por esse dossiê que certamente há de trazer informações preciosas para nós neste Parlamento.

Faço também, nesta tarde, sr. presidente, uma homenagem toda especial ao Cerene - Centro de Recuperação Nova Esperança -, que no último domingo completou os seus 25 anos, ocasião em que reuniu mais de centenas de blumenauenses e moradores do vale do Itajaí. Essa foi uma das primeiras comunidades terapêuticas em Santa Catarina, e tivemos a oportunidade de estar lá representando o governo do estado e esta Casa.

Eu gostaria, com a sua licença, sr. presidente, de pedir à assessoria que proceda à exibição de um vídeo institucional que conta um pouco da história do Cerene, em Blumenau, e como uma homenagem deste Parlamento a essa comunidade terapêutica.

O Cerene está localizado na região norte de Blumenau, como eu disse, uma das primeiras casas daquela região.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Muito obrigado à assessoria pelas imagens. Aí está a nossa homenagem ao Cerene que completou, no último domingo, os seus 25 anos de caminhada. Quero parabenizar o presidente Marcos Edwin Mey pelo trabalho fantástico que vem fazendo. São cinco núcleos, como ele colocou, e nesses 25 anos mais de 10 mil jovens passaram por problemas de reabilitação no Cerene. E o Cerene é uma das casas, deputada Ada Faraco De Luca, que se unem às mais de 150 comunidades terapêuticas no estado, contribuindo para uma Santa Catarina sem drogas.

Parabéns ao Cerene pelas atividades, que, como disse, iniciou em Blumenau e hoje tem unidades em Palhoça e também em Ituporanga, a comunidade

terapêutica feminina, que é um grande desafio no estado de Santa Catarina.

Por tudo isto, pelo trabalho, pela biografia e pela caminhada, os nossos parabéns ao Centro de Recuperação Nova Esperança, de Blumenau.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de fazer um chamamento a todos os deputados das diversas bancadas para que, dentro de dez minutos, na Ordem do Dia, tenhamos o quórum necessário para a votação desses projetos importantes que estão em tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Esta Presidência convoca todos os parlamentares que estão nos gabinetes para que venham a plenário, pois há projetos importantes na pauta para serem votados. Portanto, aguardamos a presença de v.exas.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Eni Voltolini, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu me engajo à manifestação anterior do deputado Darci de Matos, quando saudava representantes da classe empresarial de Santa Catarina, que vieram a esta Casa para, de certa forma, até ser gratos a todos os 40 deputados pelo trabalho que fizeram para que nos próximos momentos se possa discutir o Estatuto da Pequena e Microempresa de Santa Catarina também.

Quero saudar as pessoas que estiveram aqui, e já foram mencionadas, mas também resgatar, dentro desse trabalho, o trabalho que o Partido Progressista, através do deputado Silvio Dreveck,

a quem coube à relatoria desse projeto, pôde fazer.

Ainda nesta semana, substituindo, tivemos a ocasião, na comissão de Constituição e Justiça, deputado Manoel Mota, de fazer a apresentação do voto final e, com a aquiescência de todos os srs. deputados e deputadas daquela comissão, obtermos a unanimidade e a aprovação daquele relatório, deputado José Milton Scheffer.

Então, é um compartilhamento, na verdade, de todos nós em favor de uma causa maior, a causa já tão decantada da importância da pequena e da microempresa.

Todos nós, sabidamente, conhecemos a importância na geração de empregos, e os números mostram isso. Cerca de 98% dos empregos criados em Santa Catarina são gerenciados pelas pequenas e microempresas e mais de 60% do PIB de Santa Catarina é consolidado nesse ambiente.

Então, nada mais justo de que a Assembleia de Santa Catarina vá ao encontro desses empreendedores que nem sempre têm o suporte jurídico, contábil e técnico para dar conta do seu dia a dia, que muitas vezes é um processo de gerenciamento em que o proprietário se multiplica em várias atitudes para que possa dar conta dessa atividade.

Santa Catarina, mais uma vez, através deste Plenário, através da Assembleia Legislativa, adianta-se, inclusive, ao Congresso Nacional e faz com que haja um documento legal que permita a continuidade do desenvolvimento.

O Partido Progressista sente-se muito feliz por ter feito parte também desse momento.

Quero também reforçar um convite a todas as senhoras e aos senhores para outro momento igualmente importante para Santa Catarina, que acontecerá agora, na sexta-feira.

Na sexta-feira, no ambiente da Fiesc, haverá uma discussão sobre o pacto federativo em Santa Catarina, e será muito importante a presença de todos nós das 14h às 18h. Fazem o convite o presidente Glauco José Côrte e o presidente da

Adjori, Miguel Gobbi, para que façamos, mais uma vez, um exercício desse trabalho.

Na verdade, também em 1988, quando se consolidou a chamada Constituição Cidadã neste país, a repartição não era essa que temos hoje. Havia uma partição melhor entre a União, os estados e os municípios. Mas uma manobra considerada inteligente pelo que fez, mas também altamente ruim para os municípios, retirou da configuração dos tributos e criou a figura da chamada contribuição, que desorganizou essa tripartição entre União, estados e municípios. Hoje estamos a 60% para União, 24% para os estados e 16% para os municípios.

Os deputados José Milton Scheffer e Neodi Saretta, somente para citar alguns dos tantos prefeitos desta Casa, certamente já fizeram parte da romaria com destino a Brasília, com chapéu na mão, para tentar buscar emendas parlamentares que nem sempre são conseguidas. O decreto, afinal, da última administração do ex-presidente Lula, retirou a possibilidade de que algumas emendas, ainda dos anos 2007, 2008 e 2009, não pudessem mais ser repassadas aos municípios. E isso causou mais uma vez grande dificuldade a todos nós.

Então, se essa luta não se avizinha tão próxima do fim, nós precisamos, sim, discutir tantas vezes quanto for necessário, para que o Pacto Federativo em Santa Catarina e no Brasil, estabeleça critérios de uma igualdade, que seja e que se coadune com a responsabilidade do município.

Todos os dias, todas as semanas, nos Plenários das Câmaras e nos Plenários das Assembleias Legislativas, discutem-se responsabilização, e queremos saber quem paga essa conta deputado José Milton Scheffer?

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Caro, deputado Eni Voltolini, agradeço o aparte, e quero cumprimentá-lo pelo depoimento em prol da aprovação do Estatuto da Micro e Pequena Empresa,

que já teve a contribuição na comissão de Constituição de Justiça do deputado Silvio Dreveck, e hoje pela manhã nós também fomos relator na comissão de Economia, da qual sou presidente, que foi aprovado por maioria, mas que constata que esse é um projeto de lei que vai colocar Santa Catarina à frente, em termos de apoio e incentivo à Micro e Pequena Empresa, e acima de tudo, ao empreendedorismo, por isso, quero cumprimentá-lo pelo seu depoimento, como deputado do Partido Progressista, e também pela sua colocação a respeito do Pacto Federativo, que é outra situação considerada desumana para com os municípios brasileiros e precisa ser revista, por isso, cumprimento-o pelo seu depoimento na tarde de hoje nesta tribuna.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não! V.Exa. que já foi prefeito, e sempre brigou muito pela revitalização do Pacto Federativo, seria uma honra ouvi-lo.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Apenas para parabenizá-lo pelo seu discurso e dizer que a questão do fortalecimento do Pacto Federativo passa realmente por uma discussão de distribuição de recursos e também de serviços. O tempo é curto para dialogarmos sobre isso e quero apenas parabenizá-lo pela abordagem que v.exa. está fazendo.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Fica o convite para todos os parlamentares, deputado Manoel Mota, para que nesta sexta-feira, das 14h às 18h, possamos estar juntos com a Fiesc, com a Adjori, contribuindo com o conhecimento de cada um de nós em favor de uma alteração, se for possível, do Pacto Federativo, em favor dos municípios. Muito obrigado, pela contribuição e pelo adicional de tempo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) -
Passaremos à Ordem do Dia.

Convidamos o deputado Joares Ponticelli para assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)- Sras. e Srs. deputados, boa-tarde, catarinenses que nos acompanham, especialmente entidades que estão presentes, reunidas e mobilizadas, e que vão acompanhar a importante votação que esta Casa fará nesta tarde de hoje. Depois de longo debate ocorrido em todas as regiões do estado por diversas entidades, chega, enfim, o dia desta Casa fazer a sua parte e votarmos o Estatuto da Micro e Pequena Empresa de Santa Catarina, que de micro e de pequena não tem nada, porque representam e empreendem uma grande contribuição, tanto na geração de emprego, renda e desenvolvimento do nosso estado. Sejam todos bem-vindos para acompanharem esta votação.

Eu lembro a todos os srs. parlamentares que se encontram ainda em seus gabinetes, que vamos, na sequência, iniciar a votação, ao tempo que justifico a ausência do deputado Aldo Schneider, que por um pequeno problema de saúde teve que sair da Casa momentaneamente, mas daqui a pouco estará de volta, neste momento, infelizmente, ele não poderá participar da votação em função desse problema repentino de saúde. Mas brevemente estará novamente no nosso convívio.

(Passa a ler.)

"Sras. e srs. deputados, ainda com relação ao Requerimento n. 002/2014, de autoria do deputado Jailson Lima e outros, 17 parlamentares, que requerem a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de apurar como fato determinado a aquisição, através de dispensa de licitação, de um prédio comercial a ser construído por parte do Ministério Público".[sic]

Ontem esta Presidência comunicou a decisão tomada em resposta ao requerimento apresentado pela bancada do PMDB, encaminhei ao eminente líder, deputado Moacir Sopelsa, a decisão por escrito, disponibilizei por solicitação do deputado Jailson Lima, também foi disponibilizado a cópia da manifestação e informamos que ontem

venceu o prazo para que os partidos formalizassem as indicações.

E esta Presidência recebeu, em tempo hábil, requerimento do deputado Neodi Saretta, com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"O deputado que este subscreve na condição de deputado líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, vem mui respeitosamente à presença de vossa excelência, indicar os deputados Jailson Lima da Silva e Volnei José Morastoni como integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, que visa apurar como fato determinado 'a aquisição através de dispensa de licitação de um prédio comercial a ser construído na Rua Bocaiúva, nº 1792, no centro de Florianópolis - SC., pelo valor de R\$ 123.419.930,00 milhões (cento e vinte e três milhões, quatrocentos e dezenove mil, novecentos e trinta reais)' por parte do Ministério Público de Santa Catarina". [sic]

Florianópolis, 06 de maio de 2014.

E da bancada do PMDB, do seu líder, deputado Moacir Sopelsa, expediente com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Cumprimentando v.exa., reporto às indicações que compete a nossa bancada no que tange ao requerimento n. 002/2014, requer a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, a fim de apurar como fato determinado 'a aquisição através de dispensa de licitação de um prédio comercial a ser construído por parte do Ministério Público. Indico os deputados Mauro de Nadal e Edison Andrino de Oliveira, para comporem a referida comissão". [sic]

As bancadas dos pequenos partidos já fizeram a sua indicação, que é o deputado Sargento Amauri Soares.

Portanto, esta Presidência recebe em tempo hábil as indicações de todos os integrantes da CPI, e determina a sua publicação. Lembrando ao deputado Jailson Lima, como já conversamos hoje, que antes da publicação do ato constituindo a CPI, v.exa. deverá apresentar a renúncia como membro da Mesa Diretora a fim de poder compor a comissão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0037/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0041/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0087/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0137/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0339/2012, de autoria do governador do estado, que altera a Lei n. 14.328, de 2008, que dispõe sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0092/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que institui a Política Estadual de Qualificação Técnica e profissional às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero apenas fazer menção a este projeto de lei, tendo em vista a importância e relevância deste tema. Temos percebido o aumento da violência doméstica no estado de Santa Catarina e quero agradecer a todas as comissões pelo parecer favorável.

Este projeto busca capacitar tecnicamente todas as mulheres vítimas de violência através de cursos profissionalizantes gratuitos, de acordo com o interesse da mulher, da sua habilidade e também do diagnóstico de uma equipe multidisciplinar. Também busca estimular as vítimas a terem coragem em fazer a denúncia, enfrentar as consequências psicológicas, que mexem com a mulher e com a família, e também promover campanhas de divulgação, bem como proceder à integração das políticas públicas conforme a Lei Maria da Penha.

Quero pedir aos srs. deputados a aprovação deste projeto e dizer que esta semana que

comemoramos o Dia das Mães, muitas mulheres vítimas de violência, que apanham e sofrem violência na frente dos seus filhos, com certeza, agradecerão a aprovação desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0142/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que proíbe a colocação de películas, adesivos e outros objetos nas fachadas, portas e janelas das "lan houses", "cibercafés" e similares, que impeçam a visualização do interior de suas dependências e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0267/2013, de autoria da deputada Angela Albino, que institui a garantia e o direito de as mães amamentarem seus filhos nos recintos coletivos de acesso público dos estabelecimentos comerciais situados no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu concedo a palavra para a deputada Angela Albino, que é autora do projeto, e posso me manifestar posteriormente.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Eu agradeço, deputada Luciane Carminatti. Quero dizer, sr. presidente, que vejo com muita alegria que a Assembleia Legislativa, na semana que antecede o Dia das Mães, está aprovando hoje o nosso projeto sobre amamentação, porque algumas mulheres sofrem constrangimentos em áreas públicas, para poderem amamentar. Ontem tivemos presentes neste plenário pessoas que trabalham no combate à violência obstétrica, e hoje, também, aprovaremos o projeto da deputada Luciane Carminatti, que também trata das questões ligadas às mulheres e o enfrentamento à violência.

Portanto, a Assembleia Legislativa faz o seu serviço de casa, e na semana que antecede o Dia das Mães, aprova três projetos relativos às mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Parabéns, deputada Angela Albino.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti, a mais recente mãe neste plenário.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - E se não me falha a memória, a única deputada que teve um filho durante esta legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - E que ficou presente no plenário até dez dias antes do nascimento do seu filho.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - E voltei a trabalhar em dois meses depois do nascimento. Mas quero dizer que fiquei muito feliz, deputada Angela Albino, pelo conteúdo desse projeto, porque sabemos que muitas vezes as mães quando tomam a

liberdade de amamentar seus filhos em locais públicos, sofrem constrangimentos, porque não são em todos os locais que essas mães são bem acolhidas e bem recebidas.

Nós sabemos a importância que tem a amamentação para a mãe na prevenção do câncer, para a sua saúde pessoal, e também para os seus bebês, que quando se utilizam do seio materno, têm uma dentição melhor, mais facilidade de comunicação e saúde com melhor qualidade.

Então, quero dizer, como bem falou a deputada Angela Albino, que nesta semana as mulheres da Assembleia Legislativa estão de parabéns, porque as deputadas estão conseguindo aprovar belíssimos projetos de leis que vieram em benefício das mães.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Parabéns, deputada Luciane Carminatti, e vamos, por sugestão das deputadas Angela Albino, Luciane Carminatti, Ada Faraco De Luca, Dirce Heiderscheidt e Ana Paula Lima, srs. deputados, aproveitar para, através da votação desta matéria, cumprimentar todas as mães catarinenses e brasileiras, que no próximo domingo, comemorarão com seus filhos, com seus familiares, o Dia das Mães, então que seja esta votação na tarde de hoje, e aí deputada Angela Albino, ao final já vamos encerrar esta sessão e convocar, outra, para votar a redação final e podermos encaminhar o autógrafo ainda hoje, e permitir que sua excelência, o sr. governador, possa antes do Dia das Mães, sancionar esta lei. Vamos tomar esta providência porque é a forma que esta Assembleia Legislativa encontra para homenagear, antecipadamente, todas as mães pela passagem do seu dia no próximo domingo.

Em votação.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0394/2012, de autoria do

deputado Manoel Mota, que institui o Dia Estadual de Prevenção a Acidentes, no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0472/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui o Dia Estadual de Conscientização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0524/2013, de autoria do deputado Altair Silva, que denomina Rodovia Thomaz Morandini o trecho da Rodovia SC-283, compreendido entre os municípios de Seara e Chapecó.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0074/2014, de autoria do deputado Romildo Titon, que declara de utilidade pública a Associação dos Pais e Amigos dos Autistas de Campos Novos (AMA), com sede no município de Campos Novos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0043/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado de Santa Catarina a Festa da Polenta e do Queijo do município de Lindóia do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0071/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que assegura ao consumidor o direito a informação sobre a inexistência de assistência técnica no município.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerro sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, debatíamos semana passada sobre a dificuldade que, nós, legisladores, temos em tornar realidade um projeto de lei nesta Casa, e este que estamos apresentando está tramitando há um ano, sendo que apenas na comissão de Direitos Humanos ficou em torno de dez meses.

O artigo n. 24 da Constituição Federal já reconhece essa prerrogativa, de que parlamentares estaduais possam também legislar de forma concorrente com a Câmara Federal sobre matérias que dizem respeito ao consumo, ao direito do consumidor.

Portanto, propomos nesse projeto, sr. presidente, para que na hora da aquisição de um produto, seja celular, eletrodoméstico, que o consumidor saiba se há ou não assistência técnica naquela cidade ou naquele município. Porque o que temos acompanhado é que, às vezes, o consumidor compra determinado produto, e depois quando dá um problema ou defeito é que vai saber que não existe assistência técnica no município, e aí começa o *call center* e ele não recebe a devida atenção.

Nós entendemos que com a aprovação desse projeto de lei nesta Casa o consumidor catarinense passará a receber por escrito, no ato da compra do seu produto, que pode ser celular, geladeira, televisor, enfim, qualquer outro, a informação da inexistência da assistência técnica no município da compra, e, sabedor dessa particularidade,

poderá decidir se quer correr o risco ou não de comprar o produto.

Portanto, srs. deputados, entendemos que essa matéria já debatida, como já disse, há um ano nas comissões, se aprovada, vai efetivamente corresponder ao anseio de milhares, e porque não dizer, de milhões de catarinenses nos nossos 295 municípios. Por isso, peço a aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação o projeto de lei de autoria do deputado Ismael dos Santos.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

| | |
|-------------------------------|-----|
| DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA | sim |
| DEPUTADO ALDO SCHNEIDER | |
| DEPUTADA ANA PAULA LIMA | |
| DEPUTADA ANGELA ALBINO | sim |
| DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR | |
| DEPUTADO CARLOS CHIODINI | |
| DEPUTADO CIRO ROZA | |
| DEPUTADO DARCI DE MATOS | |
| DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT | |
| DEPUTADO DIRCEU DRESCH | |
| DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI | sim |
| DEPUTADO EDISON ANDRINO | |
| DEPUTADO ENI VOLTOLINI | sim |
| DEPUTADO GELSON MERISIO | sim |
| DEPUTADO GILMAR KNAESEL | sim |
| DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS | sim |
| DEPUTADO JAILSON LIMA | |
| DEPUTADO JEAN KUHLMANN | |
| DEPUTADO JOARES PONTICELLI | sim |
| DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER | sim |
| DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI | |
| DEPUTADO KENNEDY NUNES | |
| DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI | sim |
| DEPUTADO MANOEL MOTA | sim |
| DEPUTADO MARCOS VIEIRA | sim |
| DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK | sim |
| DEPUTADO MAURO DE NADAL | |
| DEPUTADO MOACIR SOPELSA | sim |
| DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO | |

| | |
|---------------------------------|-----|
| DEPUTADO NEODI SARETTA | sim |
| DEPUTADO NILSON GONÇALVES | sim |
| DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA | |
| DEPUTADO ROMILDO TITON | |
| DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES | sim |
| DEPUTADO SERAFIM VENZON | sim |
| DEPUTADO SILVIO DREVECK | |
| DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI | sim |
| DEPUTADO VALDIR COBALCHINI | sim |
| DEPUTADO VALMIR COMIN | sim |
| DEPUTADO VOLNEI MORASTONI | sim |

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 22 votos "sim" e nenhum voto "não".

Aprovada a matéria por unanimidade.

A Deputada Angela Albino lembra que o deputado Darci de Matos apresentou justificativa da sua ausência na tarde de hoje.

Srs. deputados, lembro aos deputados que há na pauta dois projetos de lei complementar que necessitam de quorum qualificado. Portanto, faço um apelo aos srs. deputados que registraram presença e não estão no plenário neste momento para que compareçam a fim de fazermos a votação.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Quero, com muita satisfação, registrar a presença nesta Casa de dois amigos, o Valdir Fernandes, presidente da Fundação Municipal de Desportos de São Miguel d'Oeste; e do Everaldo Di Berti, ex-presidente da Fundação e presidente do PSDB naquela cidade. Duas figuras que fazem parte do contexto peessedebista do extremo oeste de Santa Catarina e que estão tratando de interesses da municipalidade na capital.

Quero deixar registrado o apreço que o PSDB de Santa Catarina tem por esses dois militantes.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, da mesma forma, quero também dar boas-vindas a essas lideranças, especialmente ao Everaldo, que conheço há muito tempo e que licenciou-se do cargo para, quem sabe, ser candidato a deputado estadual ou federal pela nossa legenda. Bem-vindos a esta Casa!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero aproveitar para registrar nesta Casa o recebimento de uma correspondência da Ajorpeme - Associação de Joinville e Região da Micro, Média e Pequena Empresa. Quero convidar os demais deputados e as pessoas presentes para um evento da Associação a ser realizado no *Square Garden*, no dia 16, às 20h, que tem como objetivo comemorar o 30º aniversário da Ajorpeme, mais um ano de realizações em prol dos empreendedores do norte catarinense, integrando a classe empresarial, autoridades e a comunidade em geral para proporcionar um ambiente familiar e de confraternização aos participantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0049/2013, de origem governamental, que altera a Lei Complementar n. 575, de 2012, que cria a Defensoria Pública no estado de Santa Catarina, dispõe sobre sua organização e funcionamento e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Quero justificar a ausência do deputado Dirceu Dresch, que se encontra em Brasília para audiências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Justificada a ausência do deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Gostaria de hipotecar, como o deputado Marcos Vieira, uma saudação ao Valdir e ao Everaldo, de São Miguel d'Oeste.

Quero dizer da importância da aprovação dessa lei para a complementação da atividade da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina. Faço essa colocação em nome do líder, deputado Aldo Schneider, que está hospitalizado.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero apenas referendar as colocações do deputado Maurício Eskudlark sobre a importância deste projeto de lei e do trabalho que a Defensoria Pública do estado de Santa Catarina vem fazendo desde a sua implantação. Esse novo aparelhamento vai dotá-la de uma estrutura ainda melhor e ajudar ainda mais as pessoas que dependem da mesma. Estamos ampliando a estrutura conforme compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que votaram "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

| | |
|---------------------------------|-----|
| DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA | sim |
| DEPUTADO ALDO SCHNEIDER | |
| DEPUTADA ANA PAULA LIMA | |
| DEPUTADA ANGELA ALBINO | sim |
| DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR | |
| DEPUTADO CARLOS CHIODINI | |
| DEPUTADO CIRO ROZA | |
| DEPUTADO DARCI DE MATOS | |
| DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT | |
| DEPUTADO DIRCEU DRESCH | |
| DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI | sim |
| DEPUTADO EDISON ANDRINO | |
| DEPUTADO ENI VOLTOLINI | sim |
| DEPUTADO GELSON MERISIO | sim |
| DEPUTADO GILMAR KNAESEL | sim |
| DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS | sim |
| DEPUTADO JAILSON LIMA | |
| DEPUTADO JEAN KUHLMANN | sim |
| DEPUTADO JOARES PONTICELLI | sim |
| DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER | sim |
| DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI | sim |
| DEPUTADO KENNEDY NUNES | |
| DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI | sim |
| DEPUTADO MANOEL MOTA | sim |
| DEPUTADO MARCOS VIEIRA | sim |
| DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK | sim |
| DEPUTADO MAURO DE NADAL | |
| DEPUTADO MOACIR SOPELSA | sim |
| DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO | |
| DEPUTADO NEODI SARETTA | sim |
| DEPUTADO NILSON GONÇALVES | sim |
| DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA | |
| DEPUTADO ROMILDO TITON | |
| DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES | sim |
| DEPUTADO SERAFIM VENZON | sim |
| DEPUTADO SILVIO DREVECK | |
| DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI | sim |
| DEPUTADO VALDIR COBALCHINI | sim |
| DEPUTADO VALMIR COMIN | sim |
| DEPUTADO VOLNEI MORASTONI | sim |

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.
Temos 24 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0003/2014, de origem governamental, que institui o Estatuto Estadual da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte, do Microempreendedor Individual e da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra para encaminhamento de votação, o eminente deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, em nome da bancada, quero solicitar a consignação do voto favorável de todos os deputados integrantes da bancada, enaltecendo a proposta aportada a esta Casa, desde a presença nesta Assembleia do ministro, quando trouxe essas perspectivas, uma discussão que também é nacional, e o encaminhamento do projeto de apoio as microempresas, que é tão importante para o desenvolvimento deste estado. Portanto, enalteçemos o projeto e recomendamos a votação favorável da nossa bancada.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, faço, em nome da bancada do PSDB, o encaminhamento da votação pela aprovação deste importante projeto que vem efetivamente beneficiar e ao encontro dos interesses da micro e pequena empresa catarinense.

Está de parabéns o segmento e também o Poder Executivo, que remeteu o projeto a esta Casa, que será, sem dúvida nenhuma, aprovado.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti, para declaração de voto.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, primeiramente quero fazer o registro de que ontem na Câmara dos Deputados tivemos a votação da ampliação do Super Simples com novas categorias, mas quero destacar a importância da aprovação do Estatuto, mesmo que tenhamos na comissão de Finanças colocado que é necessário avançar ainda mais com relação a esse setor.

É importante que se diga que, muito mais do que facilitar a abertura e o fechamento das empresas, precisamos nos preocupar com a manutenção das empresas. Portanto, crédito para os microempresários é fundamental e acesso às contas governamentais também, e essas duas pautas não conseguimos vencer.

Fica aqui o desafio para novos projetos de lei que vão ao encontro a vencer também essas duas demandas. Nós votamos pela aprovação. Sou filha de microempresário e sei a diferença que faz quando se precisa no mês de R\$ 5 mil, R\$ 10 mil para manter a empresa e necessitar recorrer a um banco com juros abusivos. Precisamos avançar na questão do crédito também.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o eminente deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Penso que o governo precisa ser motivador, incentivador. A microempresa e a pequena empresa estabelecem o PIB da economia, não apenas deste estado, mas do país. Por isso referendamos através da bancada progressista o voto favorável.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gilmar Knaesel, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - O deputado já fez o encaminhamento em nome bancada do PSDB, mas tenho acompanhado ao longo dos mandatos a evolução do processo da discussão de apoio à microempresa catarinense. E Santa Catarina foi o primeiro estado a ter uma política voltada para a microempresa, um exemplo copiado por vários estados.

Quero cumprimentar a classe empresarial, liderada por suas federações, o governo do estado, que teve a sensibilidade de evoluir no processo, e a Assembleia também, por ter dado agilidade na discussão da matéria. De uma forma geral os 40 deputados deram seu apoio. Esperamos que o modelo catarinense possa continuar evoluindo para gerar mais empregos neste estado.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, quero apenas cumprimentar a entidade. Se formos ver as microempresas e as pequenas empresas geram emprego a milhares de catarinenses e no Brasil. O projeto vem em boa hora. Todos os deputados contribuíram e fizemos justiça a uma classe importante para o desenvolvimento deste estado.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Quero corroborar o que os outros deputados já falaram. Como microempresário, conheço bem as dificuldades e os problemas que enfrentamos para sobreviver. A burocracia e os problemas de ordem fiscal e

funcional são muitos. E poucos sobrevivem por conta disso.

Por isso, além desse projeto, devemos avançar para facilitar a vida do microempresário e do pequeno empresário que são uma grande alavanca do desenvolvimento deste país, porque realmente proporcionam os empregos neste país. Mas precisamos de muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se a votação nominal por processo eletrônico.)

| | |
|-------------------------------|-----|
| DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA | sim |
| DEPUTADO ALDO SCHNEIDER | |
| DEPUTADA ANA PAULA LIMA | |
| DEPUTADA ANGELA ALBINO | sim |
| DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR | |
| DEPUTADO CARLOS CHIODINI | |
| DEPUTADO CIRO ROZA | |
| DEPUTADO DARCI DE MATOS | |
| DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT | |
| DEPUTADO DIRCEU DRESCH | |
| DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI | sim |
| DEPUTADO EDISON ANDRINO | |
| DEPUTADO ENI VOLTOLINI | sim |
| DEPUTADO GELSON MERISIO | sim |
| DEPUTADO GILMAR KNAESEL | sim |
| DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS | sim |
| DEPUTADO JAILSON LIMA | |
| DEPUTADO JEAN KUHLMANN | sim |
| DEPUTADO JOARES PONTICELLI | sim |
| DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER | sim |
| DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI | sim |
| DEPUTADO KENNEDY NUNES | |
| DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI | sim |
| DEPUTADO MANOEL MOTA | sim |
| DEPUTADO MARCOS VIEIRA | sim |
| DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK | sim |
| DEPUTADO MAURO DE NADAL | |
| DEPUTADO MOACIR SOPELSA | sim |
| DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO | |
| DEPUTADO NEODI SARETTA | sim |

| | |
|---------------------------------|-----|
| DEPUTADO NILSON GONÇALVES | sim |
| DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA | sim |
| DEPUTADO ROMILDO TITON | |
| DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES | sim |
| DEPUTADO SERAFIM VENZON | sim |
| DEPUTADO SILVIO DREVECK | |
| DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI | sim |
| DEPUTADO VALDIR COBALCHINI | sim |
| DEPUTADO VALMIR COMIN | sim |
| DEPUTADO VOLNEI MORASTONI | sim |

Está encerrada a votação.

Temos 25 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, às 16h41.

Está encerrada a sessão.